

Democracia liberal e a realidade endógena na Guiné-Bissau¹

Luizinho Jorge Cá

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

1 Introdução

Após séculos sob domínio colonial, o regime português na Guiné-Bissau foi derrubado por meio de uma intensa e prolongada luta armada, conduzida ao longo de 11 anos pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), (Monteiro, 2011). Esse processo culminou na proclamação da independência da República da Guiné-Bissau, em 24 de setembro de 1973. Segundo Koudawo (2001), os primeiros anos do novo Estado foram marcados por um legado político heroico, resultante da memória de resistência armada e da liderança unificadora do PAIGC que permitiram à Guiné-Bissau construir um capital simbólico de confiança tanto no plano interno quanto internacional. Esse contexto favoreceu uma mobilização popular ampla e relativamente estável, alimentada pela esperança de um novo projeto nacional alicerçado nos ideais da “Unidade, Luta e Progresso” defendida pelo líder da revolução, Amílcar Lopes Cabral.

Ou seja, a libertação do jugo colonial português, liderada pelo PAIGC, precedida por uma das mais emblemáticas lutas de libertação nacional no contexto africano, representou para o povo guineense um momento de celebração, mas também de esperança e de renovação de sonhos coletivos, sendo vista como o início de uma nova era de autodeterminação, justiça social e progresso.

Todavia, as promessas revolucionárias logo colidiram com os limites estruturais e históricos que marcaram o Estado pós-colonial guineense. Isto revelou uma série de desafios políticos que inviabilizaram não apenas o processo de construção da nação, mas também a estabilidade política. Dentre os fatores estruturais que explicam essa instabilidade, destaca-se o legado da luta armada e a herança inadequada do modelo de administração pública colonial que fomentou a lógica de militarização e verticalização do poder, dificultando o desenvolvimento de uma cultura política participativa.

O processo de luta de libertação foi fundamental para a derrota do colonialismo, mas também decisivo para a consolidação do PAIGC como força hegemônica no poder. No seu estudo sobre a elite política na Guiné-Bissau, Cardoso (2002) notou que, por ter liderado a luta de libertação nacional, o PAIGC consolidou-se como a principal força política logo após a independência, e os seus militantes e dirigentes se formaram a única elite política legítima para conduzir o processo de reconstrução nacional. Inicialmente, isso gerou tensões entre os guineenses que participaram ativamente da luta

¹ Este trabalho é parte de um capítulo da minha tese de doutorado em Ciência Política pela UFRGS e contou com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

armada e aqueles que dela não tomaram parte. Mas, a correlação de forças naquela altura favoreceu “os que vieram de mato”² (Cardoso, 2002, p. 8).

Isso resultou na concentração do poder nas mãos da elite revolucionária durante as primeiras décadas de independência. Depois do primeiro golpe de 1980, esse padrão de centralização do poder persistiu até a década de 1990, quando iniciou a transição política para o multipartidarismo e pluralismo político. No entanto, a transição para o regime democrático liberal, que teve o ponto mais alto com a realização das primeiras eleições multipartidárias de 1994, mostrou-se superficial, uma vez que, depois desta transição, o país seguiu as sucessivas rupturas constitucionais, marcadas pela guerra civil de 1998-1999, que destituiu o presidente João Bernardo Vieira (o primeiro presidente eleito democraticamente); o golpe de 2003, que depôs o presidente Kumba Yalá; o golpe de 12 de abril de 2012, que derrubou o governo de liderado por Carlos Gomes Júnior e destituiu o Presidente da República interino, Raimundo Pereira (Sousa, 2013, p. 1).

Entre outros episódios que revelam a situação crítica e de instabilidade na Guiné-Bissau, envolvem vários assassinatos políticos, como os do General das Forças Armadas, Verissimo Correia Seabra, em 2004; do Presidente João Bernardo Vieira e do Chefe de Estado General das Forças Armadas, Tagme Na Waie, em 2009, seguido de assassinatos das figuras políticas, como Baciro Dado e de Helder Magno Proença, conforme Sá (2010). Além disso, os registros dos ataques armados contra a imprensa, espancamentos de jornalistas, torturas, sequestros e assassinatos de opositores políticos e críticos do regime de Umaro Sissoco Embaló, demonstrando a fragilidade do Estado de direito e a permanência da violência como instrumento de resolução de disputas políticas na Guiné-Bissau.

Do ponto de vista teórico, essas violências se alinham à perspectiva de Mbembe (2001; 2003), que evidencia como o poder político se estrutura a partir de várias dimensões da violência e, em sua formulação sobre a necropolítica. O autor mostra que a soberania se manifesta na capacidade de decidir quem deve viver e quem deve morrer. Isso ajuda a compreender a persistência da violência política na Guiné-Bissau, onde assassinatos de líderes e sucessivos golpes de Estado revelam a coexistência entre as instituições do Estado liberal e lógicas necropolíticas herdadas do período colonial e reinventadas pelo Estado pós-colonial.

Isso revela um conjunto de limites e contradições na experiência democrática guineense, apesar de recorrentes prática eleitorais. Aliás, há mais de três décadas de experiência com a democracia liberal, foram realizadas seis eleições para eleger presidente e sete eleições legislativas). Dentre os presidentes eleitos, apenas José Mário Vaz (2014-2019) e Umaro Sissoco Embaló (2020-2025) conseguiram concluir seus mandatos, mas em contextos políticos extremamente turbulentos. Quanto aos parlamentos eleitos, nenhuma legislatura chegou ao fim do tempo estipulado pela CRGB³, tendo sido derrubados por decretos presidenciais ou interrompidas por golpes de Estado, sejam eles militares, sejam constitucionais. Desta forma, percebe-se que a democracia na Guiné-Bissau tem sido

² A luta armada pela independência da Guiné-Bissau ocorreu majoritariamente nas matas do país, onde os guerrilheiros do PAIGC enfrentaram o exército colonial português. Por isso, a expressão “os que vieram do mato” passou a designar os combatentes que protagonizaram a resistência armada e só deixaram as matas após a proclamação da independência, em 1973. Tratam-se dos militantes do PAIGC e comandantes das frentes de batalhas, que consequentemente assumiram posições de grande influência política na Guiné-Bissau no período pós-independência.

³ Constituição da República da Guiné-Bissau (CRGB).

marcada por uma lógica de “pluralismo sem institucionalização”, em que a existência de eleições regulares não se traduz em estabilidade, participação efetiva e respeito às normas constitucionais.

Essa persistente situação política e democrática guineense tem provocado um crescente interesse acadêmico, motivando estudos que buscam compreender as principais causas da fragilidade democrática no país. Tais análises apontam para um conjunto de fatores interligados, entre os quais se destacam: politização das forças armadas (Djau, 2016), militarização do poder político (Carvalho, 2010; Gomes, 2011), clientelismo, fragilidade das instituições públicas (Semedo, 2011), personalização do poder e dependência externa do país em termos sobretudo econômicos (Mendy et al., 1996).

Além desses fatores estruturais, alguns autores chamam atenção para os desafios relacionados à construção da identidade nacional e à consolidação de um projeto coletivo de Estado guineense. Monteiro (2013), por exemplo, destaca as dificuldades inerentes à formação da nação guineense em um contexto de ampla diversidade étnica e cultural. De acordo com a autora, mesmo com a mediação promovida por meio do discurso da Unidade Nacional, empregado por Amílcar Cabral e pelo PAIGC, as narrativas étnicas e de cunho tribal acabaram por ganhar a relevância após a abertura política multipartidária na década de 1990 (Monteiro, 2013, p. 242).

Este artigo analisa a forma como o modelo de democracia liberal se relaciona com a realidade sociocultural endógena da Guiné-Bissau, destacando os desafios enfrentados por um país marcado por uma rica diversidade religiosa, cultural e por estruturas sociopolíticas tradicionais na sua adaptação a esse modelo. Para fins de organização de ideias e argumentos, além da parte introdutória já apresentada, o artigo está estruturado nas seguintes seções: “Democracia liberal e suas principais características”, que apresenta os fundamentos do liberalismo democrático, com ênfase na representação política, no Estado de direito e nas liberdades individuais; “A realidade cultural e sociopolítica endógena”, que discute a diversidade étnica e religiosa na Guiné-Bissau, analisando a organização sociopolítica dos grupos étnicos, com destaque para as práticas religiosas, as lideranças locais e as normas consuetudinárias; “Relação entre a democracia liberal e a realidade endógena”, que aborda as tensões entre os dois modelos, evidenciando conflitos e desafios à governança democrática; E, por fim, Considerações finais, seção em que se defende a necessidade de diálogo e articulação entre as estruturas da democracia liberal e os sistemas políticos tradicionais.

2 Democracia liberal e suas principais características

A origem da democracia é um dos objetos de debates polissêmicos na teoria política, uma vez que as formas de organizações políticas participativas emergiram em diferentes contextos históricos e sociais, ainda que não existam registros escritos que comprovem a existência da organização democrática em alguns contextos específicos. De acordo com Tilly (2013), há milênios já existiam formas de organização política relativamente democráticas em diversas partes do mundo antes do surgimento da democracia ocidental ateniense. O autor sustentou seu argumento por meio da existência dos conselhos formados por chefes de linhagem, que se reuniam para deliberar coletivamente sobre os assuntos das suas comunidades. Aliás,

[...] Antes que os primeiros raios de democracia começassem a brilhar na Europa, durante milênios, em todos os continentes habitados, os conselhos dos chefes da linhagem reuniam-se

ocasionalmente para adoptar decisões coletivas específicas a partir de uma condição aproximada de igualdade. Se, sob o título de democracia, o que procuramos é o consentimento negociado para decisões coletivas, a democracia remonta ao início dos tempos (Tilly, 2013, p. 79).

No entanto, neste trabalho, privilegia-se discutir sobre a origem do modelo democrático da Grécia Antiga, não pela documentação existente sobre sua origem, mas, sobretudo, por se tratar de um modelo do qual se deriva a democracia ocidental liberal e que é amplamente difundido e imposto a outras regiões do mundo, devido à influência política, econômica e geoestratégica exercida pelo ocidente sobre o mundo e, em especial, sobre os países do Sul Global, entre eles, a Guiné-Bissau – foco deste estudo.

Desde sua emergência na Grécia Antiga, especificamente em Atenas, por volta do século V antes do Cristo, a democracia surgiu como uma nova forma de governo, face aos regimes aristocráticos, oligárquicos, monárquicos ou tirânicos, que foram gradualmente transformados em sistemas nos quais um número significativo de homens adultos e livres passaram adquirir o status da cidadania e, desta forma, podiam participar diretamente das decisões governamentais (Dahl, 2012, p. 17).

De acordo com Canfora (2004), o novo regime na altura (a democracia), apresentava entre outras características fundamentais: a participação direta dos cidadãos nas assembleias, onde as decisões eram tomadas, sendo a Assembleia Popular (Ecclesia) o órgão decisório central; A cidadania, segundo o autor, era definida pelo nascimento (ser filho de pais atenienses) e, em certa medida, pela posse de propriedade, conferindo o direito de participar das discussões e decisões políticas. Contudo, essa cidadania era exclusiva aos homens, deixando de fora: escravos, mulheres e estrangeiros.

Outras características enfatizadas pelo autor, são: debate público, a oratória como ferramentas essenciais para a persuasão, a tomada de decisões dentro da assembleia e a existência de magistrados que desempenhavam funções administrativas sob o controle da assembleia. Na altura, a vida política estava intrinsecamente ligada à polis (cidade-Estado), sendo este o espaço onde a democracia se manifestava. Apesar das limitações iniciais, a busca por uma forma de igualdade cívica entre os cidadãos pode ser observada na valorização dos direitos e da participação, sobretudo nas guerras. De acordo com Canfora (2004, p. 34), a guerra, naquele contexto, era concebida não só como atividade militar, mas como um ato de compromisso cívico e de exercício pleno da cidadania.

Nos séculos seguintes, o modelo democrático clássico e ocidental, com suas variações, foi amplamente exportado para diversas regiões do mundo. Desta forma, a democracia deixou de ser apenas uma experiência restrita à sociedade ateniense e europeia e passou a ser adotado em outros continentes, sobretudo na América e na África. Essa disseminação ocorreu tanto em função dos contextos políticos internos dos países quanto pela influência política e econômica exercida por organismos internacionais, como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Esse processo de expansão do regime democrático a nível global foi analisado por Huntington (1994), que o classificou em três grandes ondas. A primeira onda, a mais longa, estendeu-se do final do século XIX à década de 1920 e caracterizou-se pela consolidação inicial de regimes democráticos, sendo posteriormente seguida por uma fase de retrocesso autoritário, marcado pela ascensão do nazismo e do fascismo. A segunda onda, mais breve, ocorreu entre 1943 e 1960, no contexto do pós-

Segunda Guerra Mundial, sendo também sucedida por uma nova fase de declínio democrático, influenciada pelas tensões da Guerra Fria. Já a terceira onda teve início em 1974, com a Revolução dos Cravos em Portugal, desencadeando processos de transição democrática em diversos países da Europa, como Espanha e Grécia, da África e da América Latina (Huntington, 1994, p. 13).

A partir do estudo de Huntington (1994), observa-se que o desenvolvimento dos processos democráticos em diferentes partes do mundo não ocorreu de forma linear, uma vez que a trajetória da democracia foi marcada por ondas de refluxos ao longo do tempo. À medida que a democracia se torna cada vez mais globalizada, também passa por transformações que a distanciam dos princípios fundamentais que caracterizaram sua fase embrionária, ainda na Grécia Antiga. Os princípios como a liberdade, a justiça, a igualdade e a participação direta dos cidadãos na tomada de decisões públicas (consideradas centrais na concepção clássica) foram gradativamente ressignificados em função de uma série de fatores históricos, sociais, econômicos e políticos.

Dentre esses fatores, destacam-se: a expansão territorial, o crescimento populacional e a crescente complexidade das sociedades modernas, os quais, do ponto de vista teórico, fundamentaram a adoção do modelo representativo de democracia. Nesse contexto, a participação cívica passou a ser mediada por instituições e elites políticas, o que resultou no enfraquecimento dos vínculos diretos entre o povo e as decisões políticas. Outro fator relevante é a influência das agendas do sistema capitalista sobre o funcionamento das estruturas estatais e dos regimes democráticos contemporâneos.

Isso ocorre porque o modelo democrático ocidental foi, ao longo de sua trajetória histórica, associado à implementação de pacotes neoliberais, uma vez que a liberdade política e civil passou a conviver e a ser confundida com a liberdade econômica e do mercado, marcada pela competição comercial e pela mercantilização das relações sociais. Nesse sentido, Cunningham (2009, p. 55) reconhece a associação histórica entre a democracia liberal, o mercado capitalista e o Estado-nação, destacando, ainda, a persistência da tensão entre democracias liberais, liberalismo político e liberalismo econômico (Cunningham, 2009, p. 224). Por outro lado, a contribuição teórica de Bobbio (1988, p. 88) sustentou que,

O liberalismo exige que todo poder e, portanto, também o da maioria seja submetido a limites. A democracia, ao contrário, chega a considerar a opinião da maioria como o único limite aos poderes governativos. A diversidade entre os dois princípios emerge do modo mais claro ao se atentar aos respectivos opostos: para a democracia, o governo autoritário; para o liberalismo, o totalitarismo.

Ainda nesta base reflexiva, Macpherson (1978, p. 28) já argumentava que na democracia as premissas do mercado se sobrepõem à igualdade de direitos, sublinhando o desenvolvimento da democracia liberal em três seguintes fases históricas: a democracia protetora, voltada para prevenir a tirania; a democracia desenvolvimentista, que introduz uma dimensão ética ao enfatizar o autodesenvolvimento; e a democracia de equilíbrio, marcada pelo papel limitado da participação popular em um sistema dominado por elites.

Essas faces de democracia, agravada por falhas de lideranças na implementação de políticas públicas participativas, resulta em sucessivas crises de natureza política, econômica e social em

várias partes do mundo. Esse cenário, segundo Baquero (2008) e demais estudiosos da cultura política inaugurada por Almond e Verba (1965), têm evidenciado as críticas e crescente desconfiança popular em relação à democracia liberal, levando, em muitos casos, à sua rejeição por parcelas significativas da população. Como consequência, verifica-se uma ascensão proporcional de regimes autoritários e a ocorrência de golpes militares em vários países.

Apesar desse desafio, vem se consolidando a percepção de que a democracia liberal é um sistema universal e indispensável para a governança. Contudo, a tentativa de universalizá-la em contextos não ocidentais revela contradições, ao ignorar especificidades culturais e políticas locais. Ao tratarem especificamente da América Latina, Castro e Ranincheski (2018) destacam que a internacionalização dos valores democráticos, associada a questões econômicas e capitalistas, torna esse modelo inadequado em várias partes do mundo. Os autores argumentam que,

[...] Ambos, capitalismo e democracia liberal, baseados em princípios manifestos de liberdade individual, permitiram que um servisse de apoio e argumento para o outro, possibilitando assim uma abrangência e domínio mundial. Essa abrangência e esse domínio mundial se disseminam como um modelo a ser seguido sem muitos questionamentos pelo Ocidente, incluindo particularmente a América Latina, diferentemente da expansão para o Oriente, que vem se traduzindo como um processo de conquista e dominação, ao impor àquela parte do mundo um modelo que lhe é estranho [...] (Castro; Ranincheski, 2018, p. 117).

Desta forma, percebe-se que a disseminação da democracia liberal esteve frequentemente vinculada a interesses geopolíticos externos, sendo a sua imposição percebida como neocolonialismo. Na mesma perspectiva, Visentini (2004) sustenta que, durante a Guerra Fria, a democracia foi usada como ferramenta ideológica, priorizando aspectos procedimentais e desconsiderando questões substantivas como igualdade e justiça social, resultando em democracias frágeis e desconectadas das realidades locais.

Essa desconexão é particularmente evidente em países africanos, marcados por uma diversidade étnica e por mosaicos culturais heterogêneos que, além de impor limites à democracia no continente (Furtado, 1998), apresentam bases econômicas e formas de organização sociopolítica distintas dos princípios fundadores do liberalismo democrático. A Guiné-Bissau, foco principal desta análise, é um exemplo desses países, com uma diversidade étnica e cultural cujas estruturas de poder estabelecem uma relação de contraste com o modelo de Estado democrático ocidental. Na seção seguinte, será analisada a composição étnico-cultural e a organização política endógena, com o objetivo de refletir sobre a relação conflituosa entre a democracia liberal e a realidade doméstica.

3 A realidade cultural e sociopolítica endógena

Como já mencionado na introdução deste artigo, o território atualmente conhecido como República da Guiné-Bissau foi uma colônia de Portugal na África até 1973, ano em que o PAIGC proclamou a independência nacional, por meio da voz do comandante João Bernardo Vieira, mais conhecido por “Nino Vieira” nas matas das Colinas de Boé, leste do país.

No entanto, antes da chegada dos colonizadores portugueses, essa região já era habitada há milhares de anos por diversas populações nativas, organizadas em distintos grupos étnicos com suas

próprias estruturas sociais, culturais, políticas, econômicas e administrativas. Essas civilizações com seus poderes autônomos representaram um dos principais obstáculos da invasão europeia (portuguesa), desde o século XV.

Para superar essa resistência, o poder colonial português adotou estratégias de dominação que incluíam a fragmentação das sociedades locais por meio da política de “dividir para reinar”, estimulando e acelerando os conflitos e rivalidades internas que já existiam entre grandes impérios e chefias de diversos reinos formados por distintos grupos étnicos. Essa tática enfraqueceu as estruturas dos Estados tradicionais, facilitando a penetração e o estabelecimento efetivo do domínio colonial português no território.

Alguns exemplos dessas organizações administrativas com poder significativo são a federação dos Estados e povos conhecida como Senegâmbia, que, segundo Barry (1990), foi constituída entre os séculos XV e XIX e se estendeu pelos territórios que hoje correspondem ao Senegal, Mauritânia, Mali, Gâmbia, Guiné-Bissau e Guiné-Conacri. Outro exemplo de organização sociopolítica com mesma característica, registrado nos escritos de Mané (1989), é o Império do Mali, fundado por Soundiata Keita no século XIII. Destaca-se também o Império de Kaabú, cuja autoridade administrativa abrangia o território da atual Guiné-Bissau.

Entre os diversos confrontos que contribuíram para o declínio dos poderes pré-coloniais na região, Lopes (1989) ressalta a Batalha de Kansala como determinante para a queda do Império de Kaabú, abrindo caminho para a transformação da ordem pré-colonial existente, profundamente alterada pela dinâmica imposta pelo colonialismo.

No entanto, a destruição dos grandes impérios africanos com considerável poder político e militar não significou o fim da resistência local ao colonialismo. Persistia, sobretudo, a oposição por parte de lideranças de grupos étnicos organizados em pequenos reinos, que continuavam a resistir à dominação portuguesa. Segundo Nangurã (2014), essa continuidade da resistência justificou a deflagração da chamada “campanha de pacificação”⁴, ocorrida entre 1911 e 1915, sob o comando do Capitão João Teixeira Pinto⁵ e de Abdul Indjay⁶. Essa campanha militar teve como objetivo principal “fazer limpeza geral” de resistência dos povos autóctones ao domínio colonial, garantir o controle integral do território e impor a submissão da população endógena à autoridade portuguesa.

De acordo com Nangurã (2014), os grupos étnicos que ofereceram maior resistência ao colonialismo português, como os Soninquês de Oio, os Manjacos de Cacheu, os Balantas de Mansoa, os Pepéis de Bissau e os Grumetes, foram os principais alvos da repressão durante guerras de pacificação. Na altura, diversos régulos foram obrigados a submeter-se à autoridade colonial,

⁴ A chamada “Campanha de Pacificação” refere-se, na verdade, a uma guerra genocida coordenada por João Teixeira Pinto entre 1911 e 1915, registrada como uma das mais violentas ações do colonialismo na atual Guiné-Bissau. Essa campanha foi marcada por ataques brutais contra os povos nativos e a destruição sistemática das suas estruturas de poder tradicional, com o objetivo de impor, de forma definitiva, a autoridade do império colonial português.

⁵ João Teixeira Pinto foi um oficial militar português que atuou nas colônias africanas sob domínio português. Entre 1911 e 1915, na Guiné-Bissau, ele comandou operações militares que tinham como objetivo exterminar a população nativa e suas lideranças, com o intuito de consolidar o domínio colonial português e permitir a efetiva instalação do império colonial na região.

⁶ Abdul Indjay foi um mercenário que, apesar de ter origem africana, atuou como aliado dos colonizadores portugueses. Ao lado de João Teixeira Pinto, colaborou com as autoridades portuguesas no combate às principais resistências autóctones contra a colonização na região que hoje corresponde à República da Guiné-Bissau.

enquanto os que insistiram na resistência foram sumariamente executados. Um exemplo emblemático dessa violência historicamente registrado é o caso de Nkanandé Cá, antigo régulo⁷ do povo Papel, que foi sepultado vivo, na sequência da sua resistência à fortes e longas torturas corporais e psicológicas que ele foi submetido pelos invasores.

Portanto, o processo de dominação territorial da atual Guiné-Bissau atingiu seu auge entre 1911 e 1915, com a destruição sistemática das estruturas políticas e econômicas das sociedades autóctones, consolidando a hegemonia do Estado colonial português. No entanto, apesar da dominação colonial, essas estruturas não desapareceram por completo. Elementos culturais, sociais e políticos foram preservados, ainda que ressignificados, e hoje se manifestam nos diferentes grupos étnicos, que mantêm suas heranças culturais por meio das línguas, práticas costumeiras, práticas religiosas, o modelo da organização social e política. A seguir, serão apresentadas e analisadas as principais características dessa organização.

De acordo com Có (2010), a Guiné-Bissau é composta por dezena de grupos étnicos, espalhados por todo o território guineense. Essa diversidade étnica e cultural reflete-se na multiplicidade sociocultural de sua população, estimada em cerca de 1,8 milhão de habitantes. Cada grupo possui suas próprias línguas, culturas e formas de organização social. Alguns têm maior representatividade populacional, enquanto outros têm menor expressão demográfica.

No entanto, segundo dados do Terceiro Recenseamento Geral da População e Habitação, realizado em 2009 pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) da Guiné-Bissau, foram identificados 14 grupos étnicos com identidades culturais preservadas, além de um segmento da população cujo características culturais não se identificam diretamente com um dos grupos étnicos específicos. Esses dados são resumidamente ilustrados no quadro a seguir.

Quadro 1 – Etnia, língua, lideranças políticas e percentual da população da Guiné-Bissau

Etnia	Língua	Autoridade máxima	%
Fula	Fula	Regulo e liderança religiosa	28,5
Balanta	Balanta	Conselho de anciões	22,5
Mandinga	Mandinga	Regulo e liderança religiosa	14,7
Papel	Papel	Regulo	9,1
Manjaco	Manjaco	Regulo	8,3
Beafada	Beafada	Regulo e liderança religiosa	3,5
Mancanha	Mancanha	Regulo	3,1
Sem Etnia	Crioulo	-----	2,2
Bijagós	Bijagós	Regulo	2,1
Felupe	Felupe	Regulo	1,7
Mansoanca	Mansoanca	Conselho de anciões	1,4
Balanta Mane	Balanta Mane	Regulo	1,0
Nalu	Nalu	Regulo	0,9
Saracule	Saracule	Liderança local	0,5
Sosso	Sosso	Liderança local	0,4

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do relatório de INE de 2009

⁷ Régulo é uma pessoa e uma autoridade máxima da estrutura social e política de cada grupo étnico na Guiné-Bissau. Ele representa uma figura de confiança, uma autoridade moral e um símbolo de unidade entre os membros de seu grupo. Além disso, exerce um poder supremo dentro da comunidade, sendo responsável por garantir proteção, coesão social e a preservação dos valores culturais do seu povo.

Tal como se observa no Quadro 1, a diversidade étnica da Guiné-Bissau se manifesta de forma expressiva por meio da variedade de línguas e estruturas de liderança política tradicional, que refletem a heterogeneidade sociocultural do país. Entre os grupos étnicos com maior número populacional se destaque os Fulas, cuja organização sociopolítica se dá por meio da figura do régulo e da liderança religiosa, sendo a língua Fula o principal instrumento de comunicação e preservação cultural. Os Balantas, por sua vez, mantêm uma organização tradicional baseada em conselhos de anciãos, com a língua Balanta desempenhando papel central na coesão identitária e nas práticas socioculturais do grupo.

Os Mandingas também estruturam sua liderança por meio do régulo e de lideranças religiosas, evidenciando a influência do islamismo em sua organização sociopolítica. A língua Mandinga, nesse contexto, serve tanto como meio de comunicação quanto como veículo de transmissão de saberes religiosos e culturais. Já os Papéis se organizam em torno da autoridade do régulo, utilizando a língua Papel em suas interações comunitárias e rituais tradicionais.

Os Manjacos apresentam uma estrutura política tradicional centrada na figura do régulo, com a língua Manjaco sendo amplamente utilizada em contextos familiares e cerimoniais. No mesmo sentido, os Beafadas possuem uma liderança dual composta por régulo e autoridade religiosa, com a língua Beafada sendo fundamental na preservação dos seus valores culturais e religiosos.

Outros grupos, como os Mancanhas, também se estruturam por meio do régulo, utilizando a língua Mancanha como marca de identidade e resistência cultural. O grupo identificado como “sem etnia” utiliza predominantemente o Crioulo como língua de comunicação, mas não apresenta uma estrutura tradicional de liderança específica reconhecida nos moldes das demais etnias.

Na zona insular da Guiné-Bissau, destaca-se o grupo étnico dos Bijagós, cuja autoridade máxima é o régulo, e cuja língua própria, o Bijagó, representa um importante elemento de distinção cultural. Os Felupes também adotam a figura do régulo como principal liderança, utilizando a língua Felupe em seus contextos cotidianos e tradicionais.

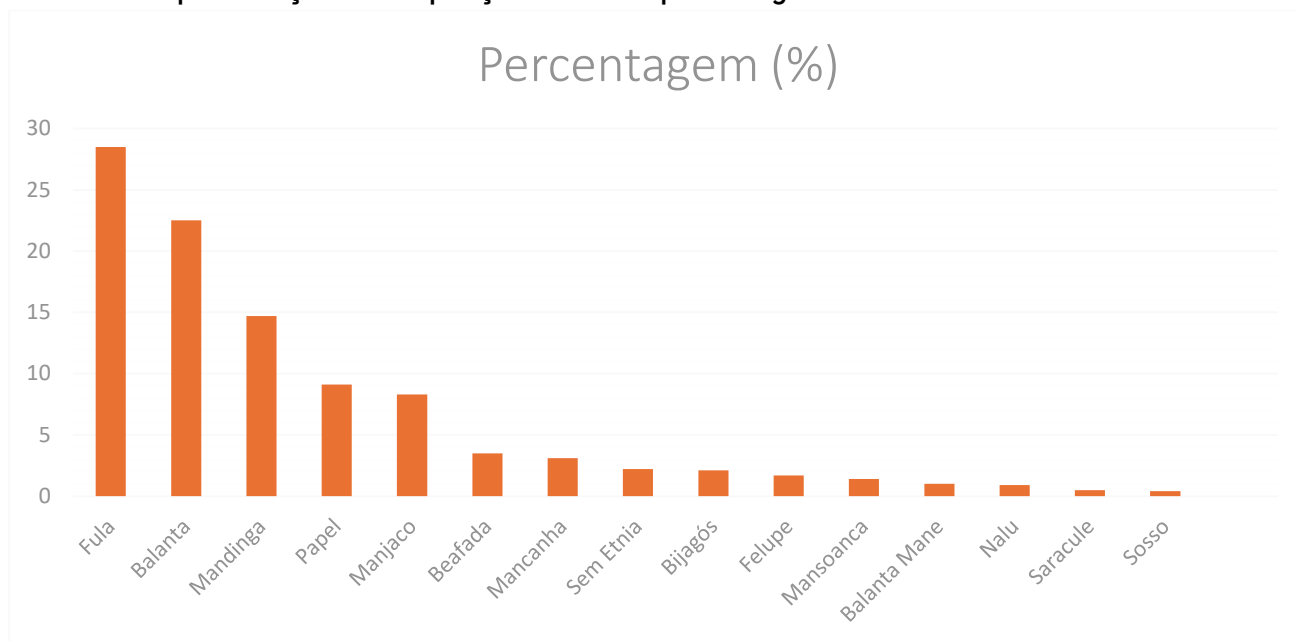
Os Mansoancas, por sua vez, preservam uma estrutura organizacional baseada no conselho de anciãos, em conformidade com os seus costumes e práticas autóctones, sendo a língua Mansoanca o elo fundamental de transmissão intergeracional. Já os Balanta Mane, grupo próximo aos Balantas, compartilham traços culturais historicamente semelhantes, utilizando a língua Balanta Mane e mantendo tradições ligadas ao poder local.

Os Nalus se organizam politicamente em torno da autoridade do régulo e falam a língua Nalu, enquanto os Saracules e os Sossos, embora numericamente menos expressivos, também enriquecem o panorama cultural do país, utilizando as línguas Saracule e Sosso, respectivamente. Suas formas de organização tradicional baseada em lideranças locais, reforçam a multiplicidade de estruturas sociopolíticas presentes no território guineense.

Em relação à questão do percentual de cada população que pertence a cada grupo étnico, nota-se que o grupo étnico Fula representa 28,5% da população, sendo o mais numeroso do país. Em seguida, os Balantas correspondem a 22,5%, enquanto os Mandingas constituem 14,7%. O grupo Papel representa 9,1% da população, seguido pelos Manjacos, com 8,3%. Os Beafadas somam 3,5%, e os Mancanhas 3,1%. A categoria identificada como “sem etnia”, geralmente associada ao uso

predominante do crioulo, corresponde a 2,2%. Os Bijagós representam 2,1% e os Felupes, 1,7%. Já os Mansoancas compõem 1,4% da população. Os Balanta Mane e os Nalu têm ambos uma presença de 1,0%. Por fim, os Saracules representam 0,5% e os Sossos, 0,4%. Esses dados evidenciam a complexidade e pluralidade étnica do país. Tal como ilustra o gráfico a seguir.

Gráfico 1 – Representação da composição étnica em percentagem



Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do relatório de INE de 2009

10

Além das distribuições dos grupos étnicos em nível nacional, é possível identificar uma concentração expressiva de determinados grupos em regiões específicas, o que reflete tanto a história pré-colonial quanto os processos sociopolíticos contemporâneos. A capital do país, Bissau, constitui uma exceção notável, pois embora historicamente tenha sido território do povo Pepel, hoje abriga uma composição demográfica extremamente diversificada. Dados indicam que os Balantas (20,5%), Fulas (18,0%) e Pepéis (15,7%) são os grupos mais expressivos, mas a cidade se destaca sobretudo como principal centro de confluência étnica do país, revelando um microcosmo das complexas dinâmicas multiculturais e interétnicas da Guiné-Bissau.

Na região de Bafatá, observa-se uma predominância numérica da etnia Fula (60%), seguida dos Mandingas (22,9%), o que remete diretamente à influência histórica dos reinos islâmicos do passado, especialmente o Império de Mali e o Reino de Gabu. Esse predomínio também é evidenciado na região de Gabú, onde os Fulas representam expressivos 79,6% da população e os Mandinga (14,2%), reforçando a forte presença muçulmana e a continuidade de práticas culturais transnacionais de origem saheliana.

O litoral apresenta dinâmicas distintas. Na região de Biombo, os Pepéis (64,7%) continuam a desempenhar um papel crucial na configuração étnica da região, mantendo tradições vinculadas à agricultura e à vida comunitária, ainda que os Balantas também estejam presentes com 19,4% da população. Por sua vez, a região de Bolama-Bijagós destaca-se como um arquipélago com predominância quase absoluta dos Bijagós (64,3%), cuja práticas espirituais e organização social

matrilinear, resiste fortemente às influências externas e mantém características singulares dentro do mosaico cultural guineense.

Na região de Cacheu, a composição étnica revela a predominância dos Manjacos (36,8%), seguidos dos Balantas (28,8%) e Felupes (9,1%). Essa diversidade é resultado de séculos de movimentações e intercâmbios entre grupos que habitam o norte do país. Já na região Oio, os Balantas (43,6%) figuram como grupo majoritário, seguidos de Mandingas (32,9%), o que revela a coexistência entre práticas agrícolas tradicionais e influências islâmicas, refletindo um equilíbrio social entre diferentes modos de vida.

A região de Quinara apresenta predominância dos Beafadas (36,7%) e dos Balantas (35,2%), grupos que historicamente demonstram forte resistência cultural, mesmo diante das transformações políticas e sociais. Esse cenário evidencia uma convivência interétnica marcada tanto por trocas culturais quanto por afirmações identitárias.

Por fim, a região de Tombali, situada ao sul do país, é dominada pelos Balantas (46,9%), com os Fulas compondo uma parcela significativa (20,9%) da população. Essa combinação revela a presença de práticas agrícolas e de elementos religiosos e culturais do islamismo, compondo um quadro de pluralidade e interação entre diferentes heranças civilizacionais. O quadro seguinte ilustra de forma resumido essa realidade.

Quadro 2 - Predominância étnica por cada região da Guiné-Bissau

Nome da região	Etnia majoritária
Bafatá	Fula (60,0%) e Mandinga (22,9%)
Biombo	Papel (64,7%) e Balanta (19,4%)
Bolama Bijagós	Bijagós (64,3%)
Cacheu	Manjacos (36,8%), Balantas (28,8%) e Felupes (9,1%)
Gabú	Fula (79,6%) e Mandinga (14,2%)
Oio	Balanta (43,6%) e Mandinga (32,9%)
Quinara	Beafada (36,7%) e Balanta 35,2%
Bissau (capital)	Balantas (20,5%), Fulas (18%), Papeis (15,7%) e confluência de outras etnias
Tombali	Balanta (46,9%) e Fula (20,9%)

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do relatório de INE de 2009

Importa observar que outros grupos étnicos, como os Mancanha, sem etnia⁸, Mansoanca, Balanta Mane, Nalu, Saracule e Sosso não foram incluídos no Quadro 2 por duas razões principais: além de representarem uma minoria em termos numéricos, esses grupos não apresentam uma concentração significativa em nenhuma das nove regiões do território nacional. Porque eles estão distribuídos de forma dispersa e em proporções reduzidas por diferentes partes da Guiné-Bissau, o que dificulta a identificação de uma localização geográfica de maior predominância para cada um desses grupos.

Com já foi ilustrado, é possível perceber que, com exceção do grupo identificado como “sem etnia”, os demais grupos étnicos da Guiné-Bissau possuem línguas, culturas e formas próprias de

⁸ Sem etnia é definida neste texto como um grupo da população cujas identidades não estão rigorosamente associadas a nenhuma das etnias da Guiné-Bissau, listados no Quadro 2. Ou seja, são guineenses que não apresentam características culturais semelhantes às dos grupos étnicos mencionados. Conforme o Quadro 1, esse grupo corresponde a 2,2% da população do país.

organização política e social. Apesar das variações específicas entre os grupos, o sistema de regulado constitui um elemento comum e recorrente em todos os grupos étnicos. Conforme fundamenta Carvalho (2009), o regulado refere-se a um território submetido à autoridade de um régulo ou rei, cuja estrutura de poder se configura como uma manifestação do poder local, inserida em uma ordem estatal mais ampla e hegemônica.

Tal forma de poder local se caracteriza por uma relativa autonomia em relação ao Estado central, operando com base em normas e costumes de tradições autóctones próprios das comunidades (Carvalho, 2009). De acordo com o autor, o poder local exerce múltiplas funções, tais como a administração territorial, a mediação de conflitos, a distribuição de terras e o exercício da justiça. Sua legitimidade não decorre das instituições formais do Estado moderno, mas da tradição e do reconhecimento por parte da comunidade.

Nesse sentido, observa-se que cada regulado representa, em menor escala, uma estrutura de poder Estatal, o que indica que a sociedade guineense é influenciada por esses modelos locais de organização do poder político. Tais estruturas operam de maneira mais efetiva e próxima da população, contribuindo para a construção de uma base social que se reconhece, direta ou indiretamente, nesses arranjos dos poderes locais.

Dessa forma, a concepção de democracia liberal, baseada em pressupostos formais e universais oriundos de contextos ocidentais, apresenta uma relação antagônica e senão conflituosa com a realidade sociocultural guineense. Isso revela a necessidade de ajustes no modelo democrático vigente, a fim de evitar sua aplicação descontextualizada, e promover uma adequação que considere as especificidades históricas, culturais e sociais locais.

A composição sociocultural apresentada até o momento torna-se ainda mais complexa quando relacionada aos aspectos religiosos. O estudo realizado pelo INE da Guiné-Bissau, em 2009, evidencia as dificuldades⁹ enfrentadas na coleta e sistematização de dados sobre a religiosidade no país. Apesar dessas limitações, o relatório indica que a maioria da população guineense se identifica como muçulmana (45,1%), seguida por cristãos (22,1%) e praticantes de religiões animistas (14,9%). Além disso, 15,9% da população não declarou sua identidade religiosa, provavelmente por questão pessoal. Como forma de ilustrar os mesmos dados em porcentagem apresenta-se o gráfico a seguir.

⁹ As dificuldades devem-se ao fato de que 15,9% dos entrevistados não responderam à pergunta sobre a religião que praticam, provavelmente por se tratar de um tema pessoal. Além disso, muitos dos que responderam afirmaram seguir mais de uma religião, o que não foi considerado no estudo. Desconsiderando essa limitação, o INE (2009) relata que a maioria dos guineenses é muçulmana (45,1%), seguida por cristãos (22,1%) e animistas (14,9%) (INE, 2009, p. 27).

Gráfico 2 – Porcentagem da população da Guiné-Bissau por religião

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do relatório de INE de 2009.

A predominância muçulmana na Guiné-Bissau, que representa cerca de 45,1% da população, pode ser compreendida a partir da expansão do Islã na África Ocidental. Essa expansão foi impulsionada principalmente pelas rotas comerciais transaarianas e pela influência de grandes impérios muçulmanos, como os do Gana, Mali e Songai (Ndiaye, 2019). E como já foi referido, o Império do Mali, em particular, exerceu influência sobre o Império de Kaabu, que, por sua vez, estendeu sua influência sobre os territórios que hoje correspondem à Guiné-Bissau. Por outro lado, a migração de povos mandingas e fulas para a região, especialmente entre os séculos XVIII e XIX, contribuiu para o processo de islamização local. Essa expansão, anterior à colonização europeia, teve o seu devido impacto na Guiné-Bissau.

A religião cristã, por sua vez, representa 22,1% da população guineense. Durante o período colonial, o cristianismo foi utilizado como ferramenta de dominação política, ideológica e social. A administração colonial portuguesa, em parceria com missões católicas, aplicava as narrativas civilizatórias que associavam o cristianismo à civilização, à modernidade e à obediência, enquanto deslegitimava e rotulavam os cultos tradicionais como “primitivos” ou “pagãos”. Esse processo se deu principalmente nas zonas costeiras e urbanas, onde o controle colonial era mais efetivo.

A religião animista de matriz religiosa autóctone permanece como a terceira mais praticada no país, com 14,9% da população se identificando formalmente com ela. No entanto, esse número não pode ser subestimado porque há forte possibilidade de que 15,9% da população que não declarou sua filiação religiosa pratique, na realidade, a religião animista. Isso ocorre, muitas vezes, por vergonha, estigma social ou até mesmo por sincretismo com outras religiões (como o Islã e o cristianismo), o que dificulta a classificação única. Além disso, a religiosidade animista está fortemente ligada à identidade étnica, à ancestralidade e ao território, manifestando-se em práticas culturais e comunitárias que vão além da simples adesão a uma religião no ponto de vista oficial.

Ou seja, apesar das fortes influências externas pela expansão do Islã e pela colonização cristã portuguesa, a persistência das religiões originárias evidencia a resistência cultural dos povos autóctones guineenses. Essas práticas continuam sendo transmitidas entre gerações, especialmente nas zonas rurais, e desempenham um papel fundamental na organização social, nos ritos de passagem

e na relação simbólica com a natureza e, sobretudo, com os antepassados. Nesse sentido, percebe-se que a configuração religiosa da Guiné-Bissau não pode ser analisada apenas em termos estatísticos. Ela exige uma abordagem que considere os processos históricos de colonização, resistência cultural, sincretismo religioso e as dinâmicas contemporâneas de identidade e poder.

4 Relação entre a democracia liberal e a realidade endógena

No primeiro tópico, foi apresentado de forma breve o debate sobre a evolução histórica da democracia liberal e suas principais características. Já no segundo tópico, discutiu-se a realidade sociocultural da Guiné-Bissau, destacando a diversidade étnica e as distintas formas de organização sociopolítica moldadas por conjunturas históricas seculares. A partir disso, este tópico busca explorar o antagonismo entre o modelo democrático ocidental adotado na Guiné-Bissau e as especificidades da sua realidade social, cultural e política. O objetivo é evidenciar as dificuldades de compatibilização e de diálogo entre essas duas lógicas: a da democracia liberal ocidental, baseada em instituições formais, e as estruturas do poder autóctone dos grupos étnicos, marcadas por práticas políticas e culturais locais.

As mudanças pontuais da constituição da República da Guiné-Bissau e a realização das primeiras eleições democráticas em 1994, duas décadas após a independência, representaram marcos importantes no processo de transição para o regime democrático na Guiné-Bissau. De acordo com Semedo (2011), esse período foi caracterizado por intensos desafios para o novo Estado, sob liderança do PAIGC, que não só herdou as estruturas administrativas coloniais em condições anômalas, mas também enfrentava a árdua tarefa de reconstruir um país recém-saído de um longo processo de dominação colonial, agravado por uma sangrenta guerra de libertação e pela histórica perda de capital humano resultante do tráfico de pessoas escravizadas.

Importa destacar, ainda, que as novas autoridades tiveram de lidar com fronteiras artificiais traçadas pelo colonizador, disputas internas pela liderança do próprio PAIGC (Semedo, 2021) e, o complexo desafio de construir uma identidade nacional em um contexto de grande diversidade cultural, fortemente atravessado por influências externas de natureza política e cultural, além de fragilidades de ordem econômica e social.

No seio do PAIGC, partido que representava o Estado da Guiné-Bissau à época, não havia consenso quanto à adoção do modelo de democracia liberal, importado de fora. Segundo Cardoso (1995), esse impasse interno gerou a formação de três correntes distintas dentro do partido: os conservadores, que defendiam a implementação da democracia apenas no âmbito interno do PAIGC; os liberais, favoráveis a uma abertura política mais ampla, com adoção do multipartidarismo; e os radicais, que rejeitavam a democracia liberal por considerá-la inadequada à realidade guineense e à lógica política do PAIGC ancorada no socialismo.

Apesar das divergências, a democracia institucionalizou-se através do que Mendy et al. (1996) denominam de imposição externas sustentadas pelo BM e o FMI, que condicionaram o apoio financeiro e a cooperação ao cumprimento de reformas políticas e econômicas no país. Nessa perspectiva, o argumento de Grovogui (1996) sobre a soberania desigual no sistema internacional demonstra como a

Guiné-Bissau, assim como África de modo geral, foi concebida como um espaço de soberania incompleta, sujeito à tutela internacional, mesmo com adoção da democracia como bandeira.

É desta forma que a Guiné-Bissau aderiu à democracia sem a consolidação interna das suas instituições estatais, sem uma economia estável e sem uma nação constituída e integrada com as estruturas sociais domésticas que apresentam como pequenos Estados e nações dentro do mesmo país, representando muitos grupos étnicos de acordo com seus costumes tradições.

Essa situação agrava-se com limites impostas pelo ordenamento jurídico e constitucional, dado que a Constituição da República da Guiné-Bissau, copiada do modelo português e implementada no país depois da independência, estabelece um quadro formal de institucionalização do Estado moderno e da democracia guineense, definindo o país como uma República soberana, democrática, laica e unitária. O texto constitucional fundamenta o Estado na unidade nacional e na participação popular, com a soberania nacional a residir no povo, que a exerce diretamente ou através de órgãos de poder eleitos democraticamente.

De acordo com o artigo 59 da Constituição, o poder político é exercido por quatro órgãos de soberania formais: o Presidente da República, a Assembleia Nacional Popular, o Governo e os tribunais. Esses órgãos operam com base nos princípios da separação e independência de poderes, todos subordinados à Constituição. No entanto, o mesmo texto não contempla a integração de estruturas de poderes de regulados nesse sistema formal. Da mesma forma, no âmbito jurídico, os tribunais são os únicos reconhecidos pela CRGB como competentes para administrar a justiça em nome do povo, sendo os juízes vinculados exclusivamente à lei no exercício de suas funções.

No entanto, a teoria do pluralismo jurídico e das epistemologias do Sul de Santos (2002) sustenta que todo espaço social é atravessado por múltiplas ordens normativas, uma vez que a lei estatal não esgota a totalidade da experiência jurídica, devido a sua coexistência com as normas comunitárias e consuetudinárias. Nesse sentido, reconhecer a relação entre as duas perspectivas normativas seria salutar em sociedades onde formas tradicionais de poder possuem legitimidade histórica, considerando a necessidade de valorizar saberes subalternizados e “não existentes” pelo cânone moderno e ocidental (Santos; Meneses, 2010).

Ou seja, ausência de menção ao poder de regulado no texto constitucional reforça a concepção de um sistema jurídico centralizado e uniforme. Essa perspectiva contrasta com a realidade sociocultural guineense, marcada por uma pluralidade de modelos de organização sociopolítica baseados em cosmovisões ancestrais e práticas transmitidas entre gerações. Esse fato reduz não só a participação política das lideranças dos grupos étnicas, mas também gera conflitos locais decorrentes de constantes disputas pelo poder e pelo território.

Por exemplo, de acordo com Bayan (2015), após o golpe de Estado de 2012, o governo guineense implementou, através do Ministério da Administração Territorial e Poder Local, na seção de Suzana, setor de São Domingos, região de Cacheu, uma estratégia de cooptação política ao tentar instalar no poder os Aramb-âu (líderes tradicionais ou régulos) considerados mais alinhados com a administração central. Para isso, utilizou a oferta de veículos e motocicletas como instrumentos de indução. Segundo a autora, a iniciativa foi levada a cabo sem uma consulta prévia aos comitês, o que gerou tensões e conflitos locais.

Tal abordagem evidencia, na perspectiva da autora, o desconhecimento da lógica interna da organização sociopolítica do grupo étnico Felupe, uma vez que a escolha dos régulos e a distribuição dos recursos materiais desconsideraram os critérios tradicionais estabelecidos por esse grupo étnico. Como consequência, intensificou-se a desconfiança do grupo étnico Felupe em relação às instituições estatais e aos seus representantes.

Na mesma linha de análise, Caomique (2022) examinou o caso específico dos conflitos entre a liderança tradicional do setor de Caió, localizado no norte da Guiné-Bissau, e o poder administrativo central do Estado. Segundo o autor, na década de 1990, o régulo de Caió, Paulino Gomes, enfrentou a oposição de um grupo de pessoas externas à linhagem reinante, que tentaram impedir a sua entronização. Além disso, Paulino Gomes foi alvo de repressão por parte do governo central, que o acusava de fomentar atitudes consideradas rebeldes, o que culminou em sua detenção, demonstrando, de forma clara, a tentativa do poder estatal nacional de inverter a lógica sucessória do poder autóctone dos Manjacos.

Desta forma, percebe-se que a ausência de reconhecimento institucional das autoridades autóctones é evidente no país, apesar de sua significativa influência na manutenção da ordem social e na resolução de conflitos no setor. De acordo com Caomique (2022), trata-se, portanto, de um conflito de lógicas e interesses entre duas formas distintas do poder: de um lado, a autoridade tradicional, ancorada em uma ética política comunitária e ancestral; de outro, a racionalidade burocrática do Estado moderno, que, muitas vezes, enxerga tais lideranças como obstáculos à centralização e ao controle político-administrativo.

Importante destacar que essa relação antagônica tem suas raízes no período colonial. Em sua obra *Citizen and Subject*, Mamdani (1996), por exemplo, demonstrou como o colonialismo estruturou duas formas de cidadania no continente africano: cidadãos urbanos, submetidos a direito civil, e sujeitos rurais, governados por um direito costumeiro manipulado pelo Estado colonial. Isso evidencia como o Estado pós-colonial guineense encontrou os desafios estruturais de transformar as instituições coloniais herdadas, mantendo a sobreposição de autoridade e prolongou a distância entre Estado e sociedade.

De modo geral, as formas de organização social e política dos regulados são estruturadas essencialmente em linhagens familiares e clãs, regulando o acesso a recursos e direitos, contrastando desta forma, o princípio da cidadania universal da democracia liberal. Além disso, a ausência de partidos formais e a gestão redistributiva dos recursos refletiam uma lógica de governança enraizada nas tradições locais, em oposição ao modelo institucional e individualista da democracia liberal, fundamentada em direito positivo.

Nesse contexto, as questões étnicas desempenham um papel crucial na formação da identidade nacional e na dinâmica política da Guiné-Bissau. Embora o país tenha realizado uma transição para o sistema liberal-democrático, sua sociedade, composta por diversas nações étnicas, continua a moldar as relações de poder. Essa relação de contraste é também um fator significativo nos conflitos políticos e democráticos que persistem até os dias de hoje.

Do ponto de vista eleitoral, as unidades étnicas são utilizadas como instrumento de desvio dos padrões democráticos no país, uma vez que a relação entre os partidos e os líderes dos grupos étnicos é marcada pelo clientelismo. Durante o processo eleitoral, os partidos e seus candidatos atendem às

demandas imediatas dos chefes e lideranças locais em troca de lealdade. Ao mesmo tempo, alguns candidatos evitam abordar publicamente as questões étnicas para não serem considerados desagregadores da sociedade guineense. Porém, existem outros que já demonstram a ousadia de difundir esse tipo de discurso de forma aberta.

O reflexo das identidades étnicas no processo eleitoral na Guiné-Bissau já havia sido registrado por Cardoso (1995), no seu estudo publicado um ano depois das primeiras eleições democráticas, realizadas em 1994. O autor observou que alguns candidatos obtiveram maior número de votos em regiões habitadas majoritariamente por seus respectivos grupos étnicos. Por exemplo, Koumba Yalá, da etnia Balanta, Nino Vieira, da etnia Papel, e François Mendy, da etnia Manjaco, obtiveram votações expressivas em suas regiões de origem, ou seja,

[...] O facto de o candidato Koumba Yala ter sido votado massivamente na região norte logo na primeira volta, nomeadamente em Bissorá (71,06 %) onde 77% da população é balanta, Bigene/Bula (51,39%) onde 58% da população é balanta e Mansoa/Nhacra (44,35%) onde cerca de 74% da população declara ser balanta, e no sul, nomeadamente Fulacunda/Tite (44,74%) onde 61% é balanta e Catió (40,93%) onde 65% é da etnia balanta, enquanto que Nino mobiliza maior percentagem de votos no norte, nomeadamente em Quinhamel (79,07%), sector onde predomina a etnia papel (87%), o facto de François Mendy ter feito o seu melhor score em Caio/Canchungo (28,19%) onde predominam os Manjacos (93%), pode dar uma certa razão para falar de voto étnico (Cardoso, 1995, p. 280).

Apesar desses indícios, no início da experiência democrática guineense não havia elementos suficientes para afirmar com rigor que os resultados refletiam efetivamente um voto étnico ou tribal, pois alguns candidatos também foram derrotados em regiões majoritariamente habitadas por seus grupos de origem. Cardoso (1995) mencionou, por exemplo, o caso de Boubacar Djaló, da etnia fula, que obteve apenas 3,97% dos votos em Gabú, localidade de predominância Fula. Do mesmo modo, Domingos Fernandes e Víctor Saúde Maria, ambos da etnia mancanha, foram derrotados em Bolama, onde cerca de 22% da população era composta por Mancanhas. Tratava-se, portanto, de um cenário distinto da politização e instrumentalização das identidades étnicas observado em períodos posteriores.

Ou seja, o fenômeno foi se intensificando anos depois as primeiras eleições, devido à proliferação de partidos políticos e à crescente disputa por votos em um sistema regido pelo princípio da maioria, típico da democracia liberal. Esse processo alcançou maior visibilidade nas eleições de 2019, evidenciando a exploração das identidades étnicas, mas também religiosas para fins eleitorais por parte dos partidos políticos e seus respectivos candidatos. Por exemplo, nas eleições de 2019, os três principais partidos políticos: o PAIGC, o Movimento para Alternância Democrática (MADEM-G15) e o Partido da Renovação Social (PRS), adotaram uma estratégia comum de lançar, em cada círculo eleitoral, candidatos com a mesma identidade étnica e cultural das populações locais, mesmo não evidenciado isso de forma clara.

Essa prática afeta a democratização, porque além de facilitar a expansão de ideias populistas dos líderes políticos, ela gera “sentimentos coletivos” enquanto táticas políticas lançadas durante os períodos eleitorais com o objetivo de captar votos e maximizar o capital social através da valorização das identidades culturais, religiosas e étnicas (Có, 2010, p. 20). Esse fenômeno exacerba a instabilidade do modelo democrático vigente no país, criando as fissuras sociais, fomentando as divisões e

rivalidades entre grupos, podendo colocar em causa a coesão nacional e a legitimidade das lideranças políticas escolhidas nas eleições.

A ausência de uma cultura política democrática consolidada e a instrumentalização das identidades étnicas para ganhos políticos imediatos constituem barreiras para a estabilidade do novo regime. De acordo com Teixeira (2015), a democratização na Guiné-Bissau seguiu uma teoria que a concebe como uma engenharia essencialmente política destinada a si mesma, sem se subordinar a precondições que não sejam de ordem político-institucional, dentro das regras do jogo cujo objetivo é fundar a democracia em um pensamento único, sem considerar a configuração cultural e histórica dos países (Teixeira, 2015, p. 95). Assim, percebe-se a necessidade de ajustar o pacote liberal a realidade sociocultural heterogênea da Guiné-Bissau.

A outra realidade doméstica que se opõe ao modelo democrático atual é a questão de educação. Por exemplo, no período de implantação do regime democrático, o país enfrentava uma elevada taxa de analfabetismo, herança direta da política colonial portuguesa, que não priorizou a formação educacional dos guineenses, sobretudo em nível superior (Cá, 2009), isto comprometeu não só a constituição de uma cidadania participativa, mas perdura até os dias atuais tendo em conta a instabilidade política e governativa constante.

Em um contexto político marcado por desafios de escolarização, como o da Guiné-Bissau, torna-se difícil consolidar uma cultura cívica crítica e engajada, elemento essencial para o desenvolvimento de um modelo democrático nos moldes das democracias ocidentais. Nesse quesito, a questão linguística assume papel fundamental. O português, idioma oficial em que a Constituição da Guiné-Bissau é redigida, e pelo qual se estrutura a comunicação política e institucional, não é compreendido pela maior parte da população (pouca quantidade da população fala, lê e escreve nessa língua). Essa realidade aumenta o distanciamento entre Estado e sociedade, enfraquecendo o vínculo entre cidadania formal e cidadania efetiva.

No ensaio *Decolonising the Mind*, Thiong'o (1986) destaca que a língua não é apenas um meio de comunicação, mas também um veículo da cultura. Portanto, a adoção do português como língua oficial da Guiné-Bissau implica a imposição de uma determinada visão de mundo, em detrimento das práticas culturais e idiomáticas locais. Desta forma, a democracia liberal, ao ser implementada por meio de uma Constituição em português, distancia-se das formas de sociabilidade construídas nas diversas línguas nacionais, gerando um sentimento de desencaixe político com feitos nocivos sobre a construção de uma cidadania plural.

Essa realidade contribuiu para a ausência de um debate qualificado sobre a implementação das instituições democráticas na década de 1990. Mesmo entre os poucos cidadãos alfabetizados com formação superior na época, muitos deles, especialmente os líderes dos partidos políticos, não compreendiam plenamente os conceitos e as dinâmicas da democracia liberal. Essa lacuna de compreensão também teve o seu devido impacto no fracasso da construção inicial de uma cultura democrática na Guiné-Bissau.

5 Considerações finais

Esse trabalho busca contribuir e ampliar o debate epistemológico e ontológico sobre o processo de consolidação democrática na Guiné-Bissau, levando em conta as particularidades históricas, sociais e culturais locais. Destaca-se, portanto, que a governança e a democratização de um país culturalmente e socialmente heterogêneo, como é o caso da Guiné-Bissau, não deve resumir-se à criação de instituições formais do Estado, mas requer também o reconhecimento e a articulação com os sistemas das estruturas da organização política e social autóctone, historicamente enraizados na sociedade e cultura guineense.

A pesquisa evidencia que a lógica do funcionamento das estruturas do poder autóctone com legitimidade social e cultural conflitua com as instituições estatais formais, comprometendo, desta forma a governança democrática e a implementação de políticas públicas eficazes. Assim, compreender a instabilidade política na Guiné-Bissau exige uma abordagem que integre as dinâmicas políticas nacionais e locais, bem como as interações entre os legados históricos, os arranjos institucionais e as estruturas sociais vigentes.

Essa perspectiva amplia o campo analítico ao sugerir que a fragilidade democrática também pode ser explicada pela relação antagônica entre a lógica do Estado moderno centralizadora e as formas locais de organização política e social. Trata-se, portanto, de um convite à construção de um modelo democrático mais sensível às realidades locais, capaz de harmonizar sistemas de organização social e política transmitidos ao longo de séculos com a cultura política do novo estado, em prol de uma governança mais inclusiva e estável.

19

Referências

- ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Boston: Little, Brown and Company, 1965.
- BAQUERO, Marcello. Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. *Opinião Pública*, v. 14, n. 2, p. 380-413, nov. 2008.
- BARRY, Boubacar. Senegâmbia do séc. XV ao séc. XX: em defesa de uma história sub-regional da Senegâmbia. *Revista Soronda*, n. 9, p. 3-21, jan. 1990.
- BAYAN, Lúcia. Régulo e Comité: acertos e divergências na Secção de Suzana. *Cadernos de Estudos Africanos*, n. 20, p. 168-185, 2015.
- BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- CÁ, Lourenço Ocuni. A educação durante a colonização portuguesa na Guiné-Bissau (1471-1973). *ETD - Educação Temática Digital*, v. 2, n. 1, p. 51-69, 2009.
- CANFORA, Luciano. El acta de nacimiento: la democracia en la antigua Grecia. In: CANFORA, Luciano. *Democracia: história de una ideología*. Barcelona: Crítica, 2004, p. 31-46.

CAOMIQUE, Policarpo Gomes. *Estado e poder tradicional na Guiné-Bissau*. uma análise da (re)inserção dos líderes tradicionais de Caió no cenário político e administrativo (1991-2020). 2022. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

CARDOSO, Carlos. A transição democrática na Guiné-Bissau: um parto difícil. *Lusotopie*, n. 2, p. 259-282, 1995.

CARDOSO, Carlos. A formação da elite política na Guiné-Bissau. *Occasional Papers*, v. 5, 2002.

CARVALHO, Clara. La legitimidad de la palabra: la historia de los régulos poscoloniales en Guinea-Bissau. *Revista CIDOB d'Afers Internacionals*, n. 87, p. 17-38, 2009.

CARVALHO, Ricardo Ossagô de. *Que democracia? O processo de transição política guineense e a atuação das forças armadas na condução da política nacional (1994-2009)*. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de; RANINCHESKI, Sônia. A internacionalização da democracia: a universalização dos valores liberais. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, v. 7, n. 1, p. 116-133, 2018.

CÓ, João Ribeiro Butiam. Representação e confinação de estruturas sociais na Guiné-Bissau: uma abordagem sobre conflitos e consensos. *SOCIUS Working papers*. Lisboa, 2010. Disponível em: <<https://abrir.link/sUbeX>>. Acesso em: 12 fev. 2023.

CUNNINGHAM, Frank. *Teorias da democracia*. uma introdução crítica. Porto Alegre: Artmed, 2009.

DAHL, Robert A. As origens da democracia moderna. In: DAHL, Robert A. *Democracia e seus críticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2012, p. 17-29.

DJAU, Malam. *Trinta anos de golpes de Estado na Guiné-Bissau*. uma análise da elite militar. 2016. 66 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

FURTADO, Claudio. Democracia em África: possibilidades e limites. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*, v. 20-21, p. 199-217, 1998.

GOMES, Antonieta. O poder militar e a desedificação do Estado de direito e da democracia na Guiné-Bissau. *Congresso Ibérico de Estudos Africanos*, Lisboa. Anais [...]. Lisboa, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10071/2347>>. Acesso em: 7 out. 2021.

GROVOGUI, Siba N'Zatioula. *Sovereigns, quasi-sovereigns, and africans*. race and self-determination in international law. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.

HUNTINGTON, Samuel P. *A terceira onda*. a democratização no final do século XX. São Paulo: Ática, 1994.

INE (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA). *Terceiro recenseamento geral da população e habitação* – 2009. Bissau, 2009. Disponível em: <https://statguineebissau.com/Menu_principal/IV_RGPH/rgph1/caracteristicas_socio_cultural.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2025.

- KOUDAWO, Fafali. *Cabo Verde e Guiné-Bissau: da democracia revolucionária à democracia liberal*. Bissau: INEP, 2001.
- LOPES, Carlos. Resistências africanas ao controle do território: alguns casos da Costa da Guiné no século XIX. *Revista Soronda*, n. 7, p. 5-16, jan. 1989.
- MAMDANI, Mahmood. *Citizen and subject*. contemporary Africa and the legacy of late colonialism. Princeton: Princeton University Press, 1996.
- MACPHERSON, Crawford Brough. *A democracia liberal*. origens e evolução. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MANÉ, Mamadú. O Kaabu: uma das grandes entidades do patrimônio histórico senegambiano. *Revista Soronda*, n. 7, p. 17-30, jan. 1989.
- MBEMBE, Achille. Necropolitics. *Public Culture*, v. 15, n. 1, p. 11-40, 2003.
- MBEMBE, Achille. *On the Postcolony*. Berkeley: University of California Press, 2001.
- MENDY, Peter Karibe et al. *Pluralismo político na Guiné-Bissau*. uma transição em curso. 2 ed. Bissau: INEP, 1996.
- MONTEIRO, Artemisa Odila Candé. Guiné portuguesa versus Guiné-Bissau: a luta da libertação nacional e o projeto de construção do estado guineense. *A Cor das Letras – UEFS*, n. 12, p. 223-238, 2011.
- MONTEIRO, Artemisa Odila Candé. *Guiné-Bissau: da luta armada à construção do Estado nacional: conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959-1994)*. 2013. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.
- NANGURÃ, Albino Undiga. *Perspetiva histórica das campanhas de João Teixeira Pinto e Abdul Indjay (1911-1915) na Guiné*: estudo de caso. 2014. Dissertação (Mestrado em Estudos de Desenvolvimento) – Academia Militar; Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2014.
- NDIAYE, Tidiane. *O genocídio ocultado*: investigação histórica sobre o tráfico negreiro árabo-muçulmano. Lisboa: Gradiva, 2019.
- SÁ, Franklin Gomes Correia de. *Os sucessivos golpes militares no processo da democratização na Guiné-Bissau*. 2010. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. O Estado heterogêneo e o pluralismo jurídico. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; TRINDADE, João Carlos (orgs.). *Conflito e transformação social*. uma paisagem das justiças em Moçambique. Porto: Afrontamento, 2002. v. 1. p. 17-48.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2010.
- SEMEDO, R. J. *PAIGC: a face do monopartidarismo na Guiné-Bissau (1974 a 1990)*. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão, 2021.
- SEMEDO, Rui Jorge. O Estado da Guiné-Bissau e os seus desafios político-institucionais. *Tensões Mundiais*, v. 7, n. 13, p. 95-136, 2011.

SOUSA, Miguel Girão de. *Guiné-Bissau: o golpe militar de 12 de abril e a necessidade da reforma do sector de segurança*. 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11067/1024>>. Acesso em: 15 abr. 2025.

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. *Cabo Verde e Guiné-Bissau*. as relações entre Estado e sociedade civil. Recife: UFPE, 2015.

THIONGO, Ngũgĩ wa. *Decolonising the mind*. the politics of language in African literature. London: James Currey; Nairobi: Heinemann Kenya, 1986.

TILLY, Charles. *Democracia*. Petrópolis: Vozes, 2013.

VISENTINI, Paulo Fagundes. *A guerra fria*. o desafio socialista à ordem americana. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

Artigo recebido em: 29/06/2025.

Aprovado em: 19/09/2025.

Luizinho Jorge Cá (luizinhca@gmail.com) é Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Licenciado em Sociologia pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Democracia liberal e a realidade endógena na Guiné-Bissau

22

Resumo. Nas últimas décadas, observa-se uma proliferação de estudos acadêmicos dedicados ao diagnóstico da dinâmica da democracia liberal na Guiné-Bissau. De modo geral, as análises apontam para a persistência de dificuldades do funcionamento do sistema democrático liberal. Este estudo busca compreender a forma como o regime democrático liberal interage com as realidades sociais endógenas, caracterizadas pela ampla diversidade étnica e cultural, e por uma organização sociopolítica autóctone distinta da modernização ocidental. Com base na análise da literatura e em dados estatísticos sobre a composição sociocultural da população guineense, conclui-se que a instabilidade da democracia liberal no país decorre da interação contrastante entre a realidade endógena guineense e o modelo democrático moderno. Esse fato evidencia a necessidade de uma nova abordagem epistemológica específica para as democracias em contextos de diversidade multiétnica, como o da Guiné-Bissau e de outros países africanos.

Palavras-chave: Democracia liberal; Realidade endógena; Guiné-Bissau

Liberal democracy and the endogenous reality in Guiné-Bissau

Abstract. In recent decades, there has been a proliferation of academic studies dedicated to diagnosing the dynamics of liberal democracy in Guinea-Bissau. In general, these analyses highlight the persistent difficulties in the functioning of the liberal democratic system. This study seeks to understand how the liberal democratic regime interacts with endogenous social realities, characterized by wide ethnic and cultural diversity and by a sociopolitical organization distinct from Western modernization. Based on a review of the literature and statistical data on the sociocultural composition of the Guinean population,

it is concluded that the instability of liberal democracy in the country stems from the contrasting interaction between Guinea-Bissau's endogenous reality and the modern democratic model. This finding underscores the need for a new epistemological approach specific to democracies in multiethnic contexts, such as that of Guinea-Bissau and other African countries.

Keywords: Liberal democracy; Endogenous reality; Guinea-Bissau